www.pwc.com.br

Sanema -Saneamento de Maceió Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sanema - Saneamento de Maceió Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sanema - Saneamento de Maceió Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanema - Saneamento de Maceió Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Sanema - Saneamento de Maceió Ltda.

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de março de 2022

ni awalerlouse Coopers PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado

Contador CRC 1PR042584/O-7

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.956	6.337	Fornecedores	6	45.476	5.415
Duplicatas a receber		-	8	Empréstimos e financiamentos	7	4.802	631
Ativo de contrato	5	29.661	7.280	Pessoal e encargos a pagar	8	96	98
Adiantamentos	4	344	111	Encargos tributários a pagar	9	2.327	1.160
Créditos tributários		43	28	Impostos e contribuições parcelados	10	699	308
Outros ativos circulantes		17	146	Partes relacionadas	11	24.964	177
Total do circulante	-	37.021	13.910	Total do circulante		78.364	7.789
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Ativo de contrato	5	398.960	119.034	Empréstimos e financiamentos	7	75.217	24.901
Imobilizado		3	4	Impostos e contribuições parcelados	10	2.159	896
				Imposto de renda e Contribuição social diferido	s 12	14.729	3.830
				Pis e Cofins diferidos	12	43.900	11.417
Total do não circulante	-	398.963	119.038	Total do passivo não circulante		136.005	41.044
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.1	57.000	57.000
				Reservas de lucros	14.2	164.615	27.115
				Total do patrimônio líquido		221.615	84.115
Total do ativo	_	435.984	132.948	Total do passivo e patrimônio líquido		435.984	132.948

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	15	244.424	67.585
Custos dos serviços prestados	16	(106.262)	(34.499)
Lucro bruto	-	138.162	33.086
Receitas (despesas) operacionais		(7.780)	(5.203)
Despesas gerais e administrativas	17	(7.293)	(4.997)
Outras receitas (despesas) operacionais		(487)	(206)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	-	130.382	27.883
Resultado financeiro	18	40.145	5.541
Despesas Financeiras	•	(8.028)	(753)
Receitas Financeiras		48.173	6.294
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-	170.527	33.424
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(33.027)	(8.321)
Corrente		(545)	-
Diferido		(32.482)	(8.321)
Lucro líquido do exercício		137.500	25.103

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	137.500	25.103
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	137.500	25.103

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2020	57.000	2.012	-	59.012
Lucro líquido do exercício	-	-	25.103	25.103
Constituição de reserva de lucros		25.103	(25.103)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.000	27.115	<u>-</u> -	84.115
Lucro líquido do exercício	-	-	137.500	137.500
Constituição de reserva de lucros		137.500	(137.500)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	57.000	164.615		221.615

SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIO LTDA

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	137.500	25.103
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Depreciação e amortização	1	1
Juros apropriados sobre parcelamentos	77	33
Juros sobre financiamentos	7.641	603
Juros e atualização do ativo financeiro	(48.056)	(6.109)
Juros apropriados sobre fornecedores	80	16
Impostos diferidos	43.382	11.113
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	8	(4)
Demais contas a receber e adiantamentos	(104)	(3.246)
Créditos tributários	(15)	-
Ativo de contrato de concessão	(206.708)	(44.845)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	40.061	3.832
Encargos tributários a pagar	1.167	3.166
Salários e encargos sociais a pagar	(2)	27
Impostos e contribuições parcelados	1.577	899
Demais contas a pagar	(80)	(2.219)
	(23.471)	(11.630)
Juros pagos sobre emprestimos e financiamentos	(7.762)	(124)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(31.233)	(11.754)
Pagto de Ativo de contrato de concessão	(51.183)	(25.532)
Recebimento de principal do ativo de contrato	3.640	-
Recebimento de juros de ativo de contrato	1.303	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(47.543)	(25.532)
Terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	54.608	22.846
Acionistas		
Recebimentos de partes relacionadas	24.787	
Caixa liquido oriundo das atividades de financiamento	79.395	22.846
Aumento líquido (Redução) nos saldos de caixa	619	(14.440)
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do caixa inicial	6.337	20.777
Composição do caixa final	6.956	6.337
As notas explicativas da Administração são parte integrante	das demonstrações fi	nanceiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SANEMA - SANEAMENTO DE MACEIÓ LTDA. ("Sanema" ou "Empresa") é uma sociedade limitada, com sede em Maceió - AL, constituída em 12 de dezembro de 2013, e tem por objeto social a locação de bens imóveis e equipamentos componentes do Sistema de Esgotamento Sanitário composto por Estação de Tratamento de Esgoto, Interceptores, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalque e Redes Coletoras de Esgoto em área correspondente aos setores 15, 16, 17 e 18 - Zona Alta da Cidade de Maceió - Estado de Alagoas.

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió-AL com a CASAL Empresa de Saneamento de Alagoas ("Contrato de Locação de Ativos"). O contrato terá duração de 30 anos de locação com entrega da infraestrutura em 31 de outubro de 2021. Foi entregue com 91,30% de execução de obra concluída, acordado entre as partes para que a Companhia iniciasse o recebimento do VML (valor mensal de locação).

1.2 Capital circulante líquido negativo

Com o encerramento das obras ocorrido em 31 de outubro de 2021, e com o início do recebimento do aluguel dos ativos a partir de dezembro, a Administração acredita que mesmo assim não conseguirá durante o exercício de 2022 reverter o seu capital circulante líquido negativo. A expectativa da administração é de reversão do capital circulante liquido negativo a partir de 2022, visto que este primeiro ano de recebimentos o passivo circulante tende a diminuir, assim como nos exercícios posteriores. A controladora garante o apoio financeiro necessário à Companhia.

A Administração acompanha os processos de evolução da pandemia e não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos da COVID-19 para o exercício de 2020, bem como não foram necessários ajustes nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Empresa aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 7 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativos Financeiro - Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Empresa compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Impairment

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Empresa classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar e compromissos de contratos de programa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.8 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Empresa atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda e de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela Empresa no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Empresa, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, normalmente são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Empresa optou pelo regime de lucro presumido para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como para o exercício de 2020.

2.10 Capital social

As quotas sociais são limitadas ao valor de cada uma e são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.11 Ajustes a valor presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Reconhecimento da receita

As receitas da Empresa, pela tipicidade do Contrato de Locação de Ativos, são reconhecidas, na constituição do ativo de contrato. Com a execução do ativo a ser locado, utilizando-se o critério do custo orçado, as receitas são reconhecidas utilizando o valor que reflete a contraprestação esperada no Contrato de Locação de Ativos. Especificamente, a receita reflete o valor presente esperado da contrapartida de locação de longo prazo estabelecida em contrato.

Na apropriação do resultado com o ativo de contrato, a Empresa utiliza os procedimentos estabelecidos pelo CPC 47 — Receitas de Contratos com Clientes, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas, e demais normativos emitidos pelo CPC.

A receita deve ser mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e; 5) reconhecimento da receita.

É apurado o percentual do custo incorrido, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre o valor do aluguel do contrato ajustado ao valor presente, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.

Os custos orçados a incorrer da construção dos ativos são sujeitos a revisões periódicas, e como resultado dessas revisões podem ocorrer alterações em suas estimativas iniciais. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 — Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros.

No caso de modificação de contrato, considerando uma única obrigação de performance, a Empresa reconhece os ajustes em base cumulativa na data da modificação do contrato, conforme definido no CPC 47, parágrafo 21.

Os juros e as variações monetárias sobre o ativo de contrrato são reconhecidos como receitas de construção durante a fase de construção do ativo.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47-Receita de Contrato com Cliente, à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Empresa estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) Tributos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.
- b) Contabilização de contratos de construção de ativos: Na contabilização dos contratos de construção de ativos a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Empresa. A administração aplica suas estimativas pelo método POC "Percentage of Compliance", ou seja, reconhecimento pela porcentagem completa, no reconhecimento do ativo de contrato e acredita estar de acordo com a expectativa de realização do contrato de construção de ativo.
- c) Principais premissas utilizadas nas avaliações de impairment: A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.13 Mudanças em políticas contábeis.

2.14 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

- **Reforma da IBOR** Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Empresa, com relação a:
 - (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) **Relações de** *hedge*: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Empresa.

2.15. Novas normas que ainda não estão em vigor

Além da mudança de prática contábil acima mencionado, as seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
- (i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos conta movimento	4	3.618
Aplicações financeiras (*)	6.952	2.719
	6.956	6.337

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro 2021 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 81% do CDI (99% em 2020).

4. Adiantamentos

	31/12/2021	31/12/2020	
Adiantamentos a fornecedores	344	111	
	344	111	

5. Ativo de Contrato

a) Composição

-	31/12/2021	31/12/2020
Ativo de Contrato		
Constituição do ativo de contrato	350.985	95.481
Juros sobre ativo de contrato	24.331	6.007
Atualização monetária sobre ativo de contrato	29.865	3.509
(+/-) Ajuste de performance do ativo de contrato	3.309	(67)
Adiantamento à prestadores serviços sobre o ativo de contrato	25.074	21.384
Recebimento de Principal sobre ativo de contrato	(3.640)	-
Recebimento de Juros sobre ativo de contrato	(1.303)	-
	428.621	126.314
Curto prazo	29.661	7.280
Longo prazo	398.960	119.034

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do ativo de contrato

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	126.314	46.606
Adições (receita de construção)	255.504	70.377
Juros e atualização financeira	48.056	6.109
Adiantamentos a prestadores serviços	3.690	3.222
VML - Valor Mensal de Locação recebido	(4.943)	
Saldo final	428.621	126.314
TRAF (*)	7,55% a.a.	7,55% a.a.

(*) Taxa de remuneração do ativo de contrato.

A Constituição do ativo de contrato é realizada durante o prazo de execução da infraestrutura de coleta e tratamento esgoto, reconhecida utilizando o método de percentagem completada da obra, conforme CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A base de mensuração da constituição do ativo de contrato está prevista no contrato firmado com a CASAL Empresa de Saneamento de Alagoas, atualizado ao índice de mercado e posteriormente mantido ao custo amortizado.

Os juros são atualizados baseado na Taxa Remuneração do Ativo de Contrato — TRAC estimado no início do contrato por meio de componentes interno e externos, porém em virtude do segundo e terceiro termos aditivos de contrato firmado, a TRAC sofreu leve alteração devido a extensão em 12 meses do primeiro aditivo e 10 meses de prorrogação do segundo aditivo para conclusão das obras. A atualização monetária dos ativos baseia-se na variação da inflação sobre o saldo do ativo de contrato.

Em 30 de novembro de 2021 iniciou-se o pagamento pela CASAL — Companhia de Saneamento de Alagoas do VML (Valor Mensal de Locação) referente ao aluguel do ativo de contrato construído pela Sanema, iniciando em R\$ 2.471 onde será amortizado o ativo de contrato ao longo do contrato de locação.

Teste de impairment do ativo de contrato

A Empresa avaliou as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado conforme CPC 48.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que seus ativos financeiros (ativo de contrato) poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - Contratos a realizar (a)	40.974	4.838
Outros fornecedores	4.502	577
	45.476	5.415

(a) Refere-se a obras já executadas e reconhecidas do contrato de construção dos ativos que estão sendo pagos à medida que é realizado a avaliação das medições pelos engenheiros terceirizados do banco financiador do projeto.

7. Empréstimos e financiamentos

7.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

	Taxa		31/12/2021		31/12/2020	
	Vencimento	efetiva		Não		Não
	final	anual	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	nov/33	12,29%	4.802	75.217	631	24.901
			4.802	75.217	631	24.901

7.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

25.532
54.608
(7.762)
7.641
80.019
2.207
22.846
-
(124)
603
<u> </u>
25.532

Para financiar o investimento do Contrato de Locação, em outubro de 2018, a Empresa firmou contrato de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de até R\$ 133.104 (cento e trinta e três milhões, cento e quatro mil reais) a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), esse valor está sendo liberado de acordo com a evolução do 20 de 29

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cronograma das obras. O financiamento é remunerado pela taxa de juros de 2,231% ao ano somado a variação do IPCA que encerrou o exercício de 2021 em 10,06% acumulado. Com o terceiro aditivo de contrato, foi prorrogado a carência que inicialmente era de 24 meses, para 15 de dezembro de 2021 onde foi pago trimestralmente somente os juros. Após esse prazo serão liquidados mensalmente durante o período de amortização de 156 meses a partir de 15 de janeiro de 2022, juntamente com as prestações vincendas de principal.

No contrato de financiamento de construção de ativos não há *covenants financeiros*, uma vez que o contrato está vinculado ao recebimento do aluguel da concessionária pela construção dos ativos, recebimento esse creditado em conta vinculada, onde deverá manter no mínimo três parcelas do valor da prestação mensal a partir da amortização do principal a partir de janeiro de 2022.

8. Pessoal e encargos sociais a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	17	21
INSS a recolher	9	10
FGTS a recolher	3	3
IRRF sobre folha a recolher	9	8
Provisões trabalhistas	58	56
	96	98

9. Encargos tributários a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
IRPJ e CSLL	545	-
IRRF sobre seriços terceiros	391	200
PIS/COFINS/CSLL	1.391	619
ISS	-	2
INSS	-	339
	2.327	1.160

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Parcelamento previdenciários	23	44
Parcelamento IRRF/CSRF	676	264
	699	308
Não Circulante		
Parcelamento previdenciários	26	48
Parcelamento IRRF/CSRF	2.133	848
	2.159	896
	2.858	1.204

11. Partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Copasa Obras e Serviços S.A	177	177
Conasa Infraestrutura S.A	24.787	-
	24.964	177

A Empresa firmou contrato de mútuo com sua controladora Conasa Infraestrutura S.A. com vencimento em 30 de setembro de 2022, onde não há juros remuneratórios. A Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

24/42/2024

24/42/2222

Não há demais transações envolvendo partes relacionadas.

11.1 Remuneração da administração

A Administração, é compartilhada entre os diretores das companhias sócias da Empresa, e estes não recebem nenhuma remuneração. Os serviços administrativos são realizados pela controladora Conasa Infraestrutura S.A. que após a construção dos ativos será remunerada por estes serviços.

A Empresa não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante		
Provisão de PIS diferido	2.623	682
Provisão de COFINS diferido	12.107	3.148
Provisão de IRPJ diferido	32.280	8.395
Provisão de CSLL diferido	11.619	3.022
	58.629	15.247

(a) Os impostos diferidos são reconhecidos baseados na constituição do ativo de contrato, juros e atualização monetária de acordo com o regime de tributação adotado, sendo que em 2021 a Empresa optou pelo regime de Lucro Presumido por caixa, assim como no exercício de 2020.

13. Provisão para demandas judiciais

A Empresa não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, que baseada na opinião de seus consultores legais, que não exista nenhum outro processo do qual ela desconheça. Desta forma não há provisões registradas no balanço como perdas prováveis, assim como não há o que divulgar como perdas possíveis.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O Capital social subscrito em 2021 é de R\$ 57.000, representado por 57.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais) cada, totalmente integralizadas. A seguir, a demonstração de participação dos acionistas no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Número de ações	%	Número de ações	%
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	55.290	97,00%	55.290	97,00%
Ello Serviços, Obras e Participações Ltda	1.710	3,00%	1.710	3,00%
	57.000	100%	57.000	100%
Capital social integralizado	57.000		57.000	

14.2. Reservas de lucros

O lucro no valor de R\$ 137.500 foi transferido para reserva de lucros, totalizando o valor de R\$ 164.615 em 31 de dezembro de 2021 (em 2020 de R\$ 27.115). Não há dividendo mínimo obrigatório previsto no contrato social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

31/12/2021	31/12/2020
	_
255.504	70.377
(180)	-
(10.900)	(2.792)
244.424	67.585
	(180) (10.900)

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida ao longo do período de construção, desde que todas as condições aplicáveis sejam atendidas. A receita de construção é decorrente da constituição do ativo de contrato, juntamente com os juros e atualização monetária durante o período de execução da infraestrutura de coleta e tratamento esgoto.

Os impostos diferidos (PIS/COFINS e IRPJ/CSLL) são provisionados à medida que a receita de construção vai se realizando.

16. Custo dos serviços prestados

31/12/2021	31/12/2020
(45.201)	(9.148)
(50.571)	(22.836)
(7.778)	(861)
(1.355)	(1.255)
(428)	(380)
(929)	-
-	(19)
(106.262)	(34.499)
	(45.201) (50.571) (7.778) (1.355) (428) (929)

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os custos de construção relacionados ao contrato devem ser reconhecidos de forma que possam ser individualmente identificados e confiavelmente mensurados. Dessa forma, o reconhecimento dos custos foi classificado de acordo com a essência do serviço e/ou material aplicado na execução da obra.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas		
Com pessoal	(72)	(51)
Honorários advocatícios	(1.298)	(882)
Honorários de consultoria	(2.454)	(1.608)
Com serviços de terceiros	-	(291)
Com aluguéis e locações	(141)	(92)
Com impostos, taxas e contribuições	(2.779)	(1.943)
Outras despesas	(546)	(130)
	(7.290)	(4.997)

18. Resultado financeiro

31/12/2021	31/12/2020
(7.641)	(603)
(77)	(33)
(80)	(16)
(230)	(101)
(8.028)	(753)
117	184
18.324	3.731
29.732	2.378
-	1
48.173	6.294
40.145	5.541
	(7.641) (77) (80) (230) (8.028) 117 18.324 29.732 - 48.173

19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A Empresa apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido, pela opção de pagamento do imposto por caixa. Com a constituição do ativo de contrato, período no qual a Sanema ainda não está sendo remunerada pela locação dos ativos, é feita a provisão de impostos diferidos sobre a receita de construção calculada de acordo com o avanço de obras, pelo método *POC (Percentage of compliance)*. Abaixo, a composição:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

LUCRO PRESUMIDO	31/12/2021	
Corrente	IRPJ	CSLL
Receita de Locação de ativos	4.944	4.944
Base de Presunção	4.944	4.944
Presunção lucro (32%)	1.582	1.582
Outras receitas	37	37
Base tributável	1.619	1.619
IRPJ (15%)	(243)	-
Adicional (10%)	(156)	-
CSLL (9%)	-	(146)
- -	(399)	(146)
IRPJ e CSLL no resultado	(545)	

	IRPJ/CSLL Diferido	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	255.504	70.377
Receita financeira sobre ativo financeiro	48.055	6.109
Base de Presunção	303.559	76.486
Presunção lucro (32%)	97.139	24.476
Base tributável	97.139	24.476
IRPJ e CSLL (34%)	(33.027)	(8.322)
Reconhecimento do IR e CS corrente	545	-
	(32.482)	(8.322)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Empresa participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da COVID-19, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

		31/12/2021		31/12/2020	
	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de	Custo amortizado	6.956	6.956	6.337	6.337
Duplicatas a receber	Custo amortizado	-	-	8	8
Ativo de contrato	Custo amortizado	428.621	428.621	141.459	141.459
Passivos financeiros					
Emprestimos	Custo amortizado	80.019	80.019	25.532	25.532
Fornecedores	Custo amortizado	45.476	45.476	177	177
Partes relacionadas	Custo amortizado	24.964	24.964	5.415	5.415

Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

Risco de mercado:

- (a) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos referenciados ao IPCA, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.
- (b) Risco de taxas de câmbio: A Empresa não realiza operações cambiais.
- (c) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Existe um pequeno risco de recebimento dos aluguéis dos ativos, uma vez que o recebimento da CASAL está vinculado a 40% de todo e qualquer valor pago pela BRK Ambiental, Companhia adquirente do contrato de concessão.
- (d) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Gestão de capital: A Empresa realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2021	31/12/2020
A - Total de empréstimos e financiamentos e partes relacionadas(nota 7)	104.983	25.709
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	6.956	6.337
C = (A - B) - Dívida líquida	98.027	19.372
D = Total do patrimônio líquido	221.615	84.115
E = (C + D) - Capital total	319.642	103.487
C/E = Índice de alavancagem financeira	30,7%	18,7%

21. Seguros

A Empresa busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações baseada na avaliação de seus especialistas e corretoras.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e não foram auditadas. As coberturas de seguros são:

	Limite máximo de
Cobertura	indenização
Obras civis em construção / Instalação e montagem	173.080
Manutenção ampla	50.000
Despesas extraordinárias	8.654
Despesas de desentulho	8.654
Tumultos	8.654
Danos físicos em consequencia de erro de projeto para Obras	173.079
Propriedades circunvizinhas (Danos fisicos) com fundação	5.000
Honorários do peritos	200
Instalações provisórias	3.000
Transporte de materiais incorporados a obra	500
Salvamento e contenção de sinistros	2.000
Obras civis em construção / Instalação aceitas	3.000

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

A Empresa realizou transação relevante envolvendo investimento, que não afetou o caixa, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:

• Foi realizado o reconhecimento do ativo de contrato através do método POC (*Percentage of compliance*), onde foi remunerado a locação de ativos sobre a receita de construção no valor de R\$ 95.599 (R\$ 79.708 em 2020).

23. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista que possam ser consideradas perdas prováveis, assim como não tem ações consideradas possíveis.

Ricardo CoifmanDiretor

Isaac do Nascimento Contador CRC-PR043806/0-1

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 108B07D3BEEC4EC397CB32F55F96F782

Subject: Please DocuSign: SANEMA21.DEZ.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 29 Certificate Pages: 2

AutoNav: Enabled

Envelopeld Stamping: Enabled Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia Signatures: 1

Initials: 0

Status: Completed

Envelope Originator:

Ricardo Silva Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100 ricardo.silva@pwc.com IP Address: 34.100.8.111

Record Tracking

Status: Original

30 March 2022 | 23:07

Status: Original

30 March 2022 | 23:15

Holder: Ricardo Silva

ricardo.silva@pwc.com

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Adriano Machado a.machado@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC Certisign RFB G5

Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign

Signature

Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 201.56.164.188

Timestamp

Location: DocuSign

Location: DocuSign

Sent: 30 March 2022 | 23:08 Viewed: 30 March 2022 | 23:14 Signed: 30 March 2022 | 23:15

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign

Ricardo Silva

PwC BR

ricardo.silva@pwc.com

COPIED

Sent: 30 March 2022 | 23:15 Viewed: 30 March 2022 | 23:15 Signed: 30 March 2022 | 23:15

Witness Events Signature Timestamp Notary Events Signature **Timestamp Envelope Summary Events Status Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2022 23:08
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2022 23:14
Signing Complete	Security Checked	30 March 2022 23:15
Completed	Security Checked	30 March 2022 23:15
Payment Events	Status	Timestamps